



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2005/2008

DECRETO Nº 382, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

Altera artigos do Decreto n.º 013, de 25 de abril de 2001 que dispõem sobre a forma de cálculo e recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - devido pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), conforme Lei Complementar Federal n.º 123/2006; estabelece o lançamento e o pagamento do ISSQN pelo Regime de Estimativa e altera artigo 1º do Decreto n.º 129, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - O Artigo 12 do Decreto n.º 013, de 25 de abril de 2001 passará a vigorar, excluindo-se o parágrafo único e acrescentando-se os parágrafos 1º e 2º.

(...)

“Art. 12

*§ 1º. A utilização dos documentos fiscais de Serviços por ME e por EPP, prestadoras de serviços optantes pelo Simples Nacional, será condicionada à inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, constando, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por meio gráfico indelével, a seguinte expressão: **DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.***

§ 2º. As indicações dos incisos I, II, VII e VIII serão impressas tipograficamente e as dos incisos III, IV, V, VI e IX serão preenchidas no ato da emissão da nota.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2005/2008

Art. 2º - O artigo 25 do Decreto n.º 013, de 25 de abril de 2001, vigorará com a seguinte redação:

Art. 25 - A Autoridade Fiscal estimará de ofício, conforme anexo I deste Decreto, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:

- I – atividade exercida em caráter provisório;*
- II – sujeito passivo de rudimentar organização;*
- III – contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;*
- IV – sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe, sistematicamente, de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais.*

Parágrafo único. Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Art. 3º - O artigo 26 do Decreto n.º 013, de 25 de abril de 2001, vigorará com a seguinte redação:

Art. 26 - A estimativa será apurada tomando-se como base:

- I – o preço corrente do serviço, na praça ou;*
- II – o tempo de duração e a natureza específica da atividade ou;*
- III – o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado, a serem declaradas de acordo com o anexo I deste Decreto ou;*
- IV – o valor da receita do contribuinte durante o período considerado, a ser declarada de acordo com o anexo I deste Decreto.*

§ 1.º O valor do ISSQN Estimado não poderá ser menor do que:

- I – A média mensal, dos últimos 6 (seis) meses, da receita declarada, acrescida de 70% (setenta por cento);*
- II – A média mensal, dos últimos 6 (seis) meses, da despesa declarada, acrescida de 100% (cem por cento);*

III – 20 (vinte) Unidades Fiscais Monetárias – UFM's;

§ 2.º No caso dos valores da média mensal, dos últimos 6 (seis) meses, da receita declarada, acrescida de 70% (setenta por cento) e da despesa declarada, acrescida de 100% (cem por cento), serem diferentes e forem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2005/2008

I – Superiores a 30 (trinta) Unidades Fiscais Monetárias – UFM's, o valor estimado será o da média que apresentar maior valor;

II – Inferiores a 30 (trinta) Unidades Fiscais Monetárias – UFM's, o valor estimado será de 30 (trinta) Unidades Fiscais Monetárias – UFM's.

§ 3.º No caso de a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) prestadora de serviços optante pelo Simples Nacional, o valor do ISSQN pelo regime de estimativa será calculado e recolhido, de acordo com as normas definidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Art. 4º - O artigo 27 do Decreto n.º 013, de 25 de abril de 2001, vigorará com a seguinte redação:

Art. 27 - O valor do ISSQN por estimativa será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses, conforme anexos I e II deste Decreto, respectivamente:

I – terá a base de cálculo expressa em UFM – Unidade Fiscal Monetária;

II – a critério do Secretário, responsável pela área fazendária, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado;

III – dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte;

IV – por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Art. 5º - O artigo 28 do Decreto n.º 013, de 25 de abril de 2001, vigorará com a seguinte redação:

Art. 28 - O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

Parágrafo único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.

Art. 6º - O artigo 29 do Decreto n.º 013, de 25 de abril de 2001, vigorará com a seguinte redação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2005/2008

Art. 29 - A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo único. Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

Art. 7º - O artigo 30 do Decreto n.º 013, de 25 de abril de 2001, vigorará com a seguinte redação:

Art. 30 - O Fisco Municipal poderá adotar, também, como base de cálculo do ISSQN, pelo regime de estimativa os resultados das receitas operacionais obtidas através de visitas ao estabelecimento do contribuinte, por meio de acompanhamento fiscal.

Art. 8º - O Artigo 42 do Decreto n.º 013, de 25 de abril 2001, passará a vigorar, excluindo-se o parágrafo único e acrescentando-se os parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º.

(...)

“Art. 42

§ 1º. Tratando-se de contribuinte lançado ex-officio, a importância a recolher será proporcional ao período, tomando-se por base a trimestralidade.

§ 2º. O valor devido mensalmente pelas ME e pelas EPP prestadoras serviços optantes pelo Simples Nacional será determinado mediante a aplicação das alíquotas constantes das tabelas dos anexos definidos em Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, na forma da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e recolhido mediante Documento de Arrecadação do Simples – DAS, nos prazos, também, definidos em Resoluções do referido Comitê.

§ 3º. Independentemente da receita bruta auferida no mês pelo contribuinte, o Município poderá adotar valores fixos mensais, inclusive por meio de regime de estimativa fiscal ou arbitramento, para o recolhimento do ISSQN devido por ME optante pelo Simples Nacional, que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando a ME sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário, na forma definida em Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2005/2008

§ 4º. Caso haja retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços, ou sendo o caso de substituição tributária, relativos aos serviços prestados, inclusive por ME ou EPP optantes ou não pelo Simples Nacional, o valor do imposto, será determinado mediante a aplicação das alíquotas constantes do Código Tributário do Município.

§ 5º. Quando das hipóteses previstas no § 4º, o recolhimento do ISSQN retido, ou por substituição tributária, será recolhido nos prazos e formas determinados na legislação tributária Municipal.

§ 6º. A base de cálculo para a determinação do valor devido mensalmente pelas ME e pelas EPP, prestadoras de serviços optantes pelo Simples Nacional, será definida por meio de Resoluções expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, na forma da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

Art. 9º - O Artigo 44 do Decreto n.º 013, de 25 de abril 2001, passará a vigorar, acrescido do parágrafo 3º.

(...)

“Art. 44

(...)

§ 3º. O valor do ISSQN devido mensalmente pelas ME e pelas EPP, prestadoras de serviços optantes pelo Simples Nacional, não pago na data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.

Art. 10º - O artigo 1º do Decreto n.º 129, de 30 dezembro de 2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Quando se tratar de empresa prestadora de serviço, inclusive a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não optante pelo Simples Nacional, o valor do ISSQN devido, deverá ser recolhido até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.




PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2005/2008

Art. 11º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2008, **exceto** para os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo, 12 de dezembro de 2007.


Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal


Bolimar Luciano de Oliveira
Secretário Municipal de Governo e Gestão

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO****Gabinete do Prefeito**

Adm. 2005/2008

ANEXO I**DECLARAÇÃO DE MOVIMENTO ECONÔMICO PARA ENQUADRAMENTO OU REVISÃO DO ISSQN NO REGIME DE ESTIMATIVA****DADOS CADASTRAIS**

Nome ou Razão Social:

Endereço:

Atividade:

CNPJ:

Inscrição Municipal:

Optante pelo Simples Nacional: ☐ Sim ☐ Não**Dados da Receita – Período: últimos 6 (seis) meses em R\$**

Mês	Ano	Serviço	Comércio	Indústria	Total

Dados da Despesa – Período: últimos 6 (seis) meses em R\$

Mês	Ano	Administrativa	Operacional	Fiscal	Total

Estimativa para fins de: ☐ Enquadramento ☐ Revisão**Termo de Responsabilidade**

Declaro ser verdade as informações da Declaração de Movimento Econômico para fins de Enquadramento ou Revisão do ISSQN no Regime de Estimativa. Estou ciente, também, de que as informações acima prestadas, estarão sujeitas à confirmações futuras pela Fiscalização Tributária Municipal, cabendo Penalidades, conforme dispositivos do Código Tributário Municipal e, de acordo com o Código Penal, a sanções Criminais, por informações falsas ou inexatas. Por ser verdade, firmo o presente.

Dados do Responsável pela Declaração

Nome:

CPF:

Assinatura:

Data:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2005/2008

ANEXO II



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE RECEITAS E ARRECADAÇÃO
SECÃO DE ISSQN

ACEITAÇÃO DE REGIME DE ISSQN POR ESTIMATIVA

1 - RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Média Mensal da Receita	Média Mensal da Receita x 1,7
Média Mensal da Despesa	Média Mensal da Despesa x 2,0
Valor da Receita e do ISSQN Estimado	Período da Estimativa
Receita Estimada: R\$ _____	De ____ / ____ A ____ / ____
ISSQN Estimado: R\$ _____	
Para uso da Repartição Fiscal	Cientificação do Contribuinte
	Nome: _____ _____ _____
Carimbo, data e assinatura da autoridade lançadora	Assinatura

2 – HRE – HOMOLOGAÇÃO DO REGIME DE ESTIMATIVA

Homologo, com base no Código Tributário Municipal, o Relatório da Fiscalização, **DEFERINDO** o recolhimento do ISSQN pelo Regime de Estimativa.

Dados do Responsável pela Homologação da Estimativa

Carimbo, data e assinatura do Responsável

Fluxo : 1ª via – Contribuinte

2ª via – Arquivo – Repartição Fiscal